

O trabalho social com famílias na Proteção Social Básica da assistência social

Social work with families in social assistance's basic social protection

Poliana de Oliveira Carvalho*

Solange Maria Teixeira**

Resumo – O presente trabalho analisa o Trabalho Social com Famílias no acompanhamento familiar implementado por meio de grupos, no Cras da cidade de Piripiri (PI), como instrumento de promoção da participação, da autonomia e do protagonismo. A pesquisa de campo foi feita por meio de entrevistas com profissionais e usuários, analisadas aqui à luz da discussão teórica dos principais estudiosos da temática. A pesquisa foi submetida a Comitê de Ética e todos os participantes assinaram termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Conclui-se que é possível identificar resquícios de conservadorismo na Política de Assistência Social, e que, apesar dos entraves provocados pela falta de capacitação profissional, pela não mobilização de bagagem teórica e pela falta de estrutura física e de incentivos profissionais, é possível identificar traços de mobilização para a participação social e algum grau de protagonismo social nas ações implementadas.

Palavras-chave: trabalho social com famílias; participação; autonomia; protagonismo.

Abstract – This article analyzes the social work in family support implemented through groups, in the Reference Center for Social Assistance (CRAS) in the city of Piripiri, Piauí as an instrument to promote participation, autonomy and protagonism. The field research was done through interviews with professionals and users, analyzed here in light of the theoretical discussion of the main scholars of the subject. The research was submitted to the Ethics Committee and all the participants signed a Free and Informed Consent term. It concludes that it is possible to identify traces of conservatism in the Social Assistance Policy and that despite the

* Professora da Faculdade CHRISFAPI em Piripiri-PI. Assistente Social de CRAS de Teresina. Doutoranda em Políticas Públicas pela UFPI. Pesquisadora na temática da assistência social e trabalho com família. *Correspondência:* Rua Caseba, 556, bairro de Lourdes, Campo Maior – PI. CEP: 6480-000. *Email:* <polianacarvalho10@hotmail.com>.

** Professora do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí – UFPI. Pós-doutorado em Serviço Social pela PUC. Doutorado pela Universidade Federal do Maranhão. Pesquisadora na temática de família, Política de Assistência Social, sistemas de proteção social e envelhecimento. *Correspondência:* Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências Humanas e Letras, Departamento de Serviço Social. Campus da Ininga, S/N, departamento de Serviço Social, Ininga, Teresina - PI. CEP: 64048110. *Email:* <solagemteixeira@hotmail.com>.

obstacles caused by the lack of professional training, the lack of mobilization of a theoretical background, and the lack of infrastructure and professional incentives, it is possible to identify traits of mobilization for social participation and some degree of social protagonism in the implemented actions.

Keywords: social work with families; participation; autonomy; protagonism.

Introdução

Nos últimos anos, as ações na área da Política de Assistência Social avançaram no sentido de romper com a cultura e a herança de forte clientelismo, com a ineficiência e as ações descontínuas. Essa política inaugura, então, uma dimensão preventiva e com perspectivas transformadoras. Tendo isso em vista, a presente pesquisa foca seu olhar no trabalho social com famílias (doravante denominado de TSF), executado na Proteção Social Básica nos Centros de Referência da Assistência Social (Cras).

Para Mioto (2016), o TSF é um dos temas mais polêmicos, pois vem ressurgindo marcado por contradições e ambiguidades. Essas têm reoberto o debate da Seguridade Social brasileira – questiona-se como fazer a proteção e quem é responsável por promovê-la.

O TSF não é uma metodologia de intervenção nova, mas vem sendo retrabalhado pela Política de Assistência Social em novos moldes, buscando romper com técnicas fincadas em teorias tradicionais de ajustamentos e de integração social das famílias à ordem social. Apoiado em saber científico no trabalho profissional e perseguindo objetivos específicos, colocados pelas normativas técnicas desenhadas pelo Estado, o TSF pretende a construção coletiva de uma reflexão sobre a realidade, fundada na participação dos usuários, tornando-se, assim, uma novidade no âmbito dos serviços.

O que se questiona é em quais bases esse TSF, na modalidade de grupos, vem sendo desenvolvido e quais os resultados alcançados. Desse modo, ao mesmo tempo em que se discutem os entraves identificados para a execução do serviço, questiona-se o alcance dos objetivos perseguidos. Indaga-se se essa participação e essa autonomia são construídas com base para a busca da emancipação social, como capacidade de reflexão e de decisão, ou em moldes liberais e individualizantes, a partir da busca da independência do auxílio do Estado.

Para uma maior dinamicidade do tema estudado, este trabalho retrata a investigação realizada na cidade de Piripiri (PI), a partir da análise do TSF executado no Cras. Para tanto, utiliza-se, na pesquisa de campo, entrevista com profissionais e usuários, bem como levantamento documental.

O trabalho social com famílias na Proteção Social Básica

Analisar a Política de Assistência Social brasileira requer o entendimento de que ela se constituiu de forma histórica. Na atualidade, ela se apresenta com uma faceta totalmente renovada de busca de construção de ações efetivas e voltadas para a emancipação social. Apesar disso, ainda é permeada por um viés conservador e persistente, que se aloca nos modos de fazer, nas entrelinhas do arcabouço teórico dessa política e nas ideologias que circundam a sociedade dominada por ideais neoliberais.

Prevista pela primeira vez como uma política pública a partir da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), a assistência social passa a ser construída paulatinamente e apoiada em um conjunto de normativas que vão moldar o que se chama hoje de Sistema Único de Assistência Social (Suas). Um dos serviços de referência dessa política na atualidade se constitui em serviço implementado na Proteção Social Básica, por meio do Serviço de Atenção Integral à Família (Paif), o TSF, conceituado pelas normativas técnicas como:

Conjunto de procedimentos efetuados a partir de pressupostos éticos, conhecimento teórico-metodológico e técnico-operativo, com a finalidade de contribuir para a convivência, reconhecimento de direitos e possibilidades de intervenção na vida social de um conjunto de pessoas, unidas por laços consanguíneos, afetivos e/ou de solidariedade “ que se constitui em um espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, com os objetivos de proteger seus direitos, apoiá-los no desempenho da sua função de proteção e socialização de seus membros, bem como assegurar o convívio familiar e comunitário, a partir do reconhecimento do papel do Estado na proteção às famílias e aos seus membros mais vulneráveis. (BRASIL, 2012, p. 12).

Com perspectivas modernas, mas perpassado por conceitos conservadores, o TSF aposta na capacidade transformadora do poder da discussão e da reflexão. Porém, ao mesmo tempo, reconhece as famílias como instituição responsável pelo cuidado, devendo ter suas potencialidades estimuladas para o aperfeiçoamento dessas obrigações. Ou seja, na mesma medida em que protege e prevê estímulos, essa política acaba estabelecendo a culpabilização dos indivíduos pelo cuidado, mas também pelos problemas e pelos fracassos, distanciando-se de uma discussão sobre os dilemas de se viver em uma sociedade capitalista.

Logo, identificam-se duas direções diferentes para o TSF. Uma delas é a aposta em metodologias de intervenção voltadas para a promoção da reflexão e a construção de cidadãos mais autônomos e participativos. A outra reforça a função protetiva das redes informais, retirando a responsabilidade do Estado e passando-a para a família e a sociedade.

As oficinas com famílias têm por intuito suscitar reflexão sobre um tema de interesse das famílias, sobre vulnerabilidades e riscos, ou

potencialidades, identificadas no território, contribuindo para o alcance de aquisições, em especial, o fortalecimento dos laços comunitários, o acesso a direitos, o protagonismo, a participação social e a prevenção a riscos. (BRASIL, 2012, p. 23).

Para Eiras (2012), atua-se, ainda, nas consequências imediatas das expressões da questão social, tomadas como problemas individuais de competências e de incompetências familiares. Embora o TSF também se configure na mobilização para a participação ou formação política, isso ocorre de forma contraditória. Teixeira (2016) enfatiza que há uma ideia implícita de que a prevenção aos riscos acontece a partir da família, quando essa “aprende” a realizar suas funções de proteção social, tais como: educação, socialização, cuidado, assistência, provimento e proteção.

Os textos produzidos não observam apenas pontos negativos, mas também identificam as potencialidades e, principalmente, as dificuldades que o serviço enfrenta para acontecer como realmente está previsto normativamente. Segundo Lima e Miotto (2011), o trabalho socioeducativo, executado numa perspectiva horizontal, crítica e política, pode contribuir para fomentar a criticidade dos indivíduos a partir da apreensão e da análise da realidade, para a construção de processos democráticos idealizadas a partir do grupo. A questão é que nem sempre se consegue evoluir da discussão do problema individual para uma reflexão de caráter macro, e as normativas não oferecem pistas esclarecedoras; ao contrário, trabalha temáticas e introduz conceitos com pouca clareza da teoria a que se vinculam e os sentidos utilizados.

Gueiros (2010) aponta, também, importantes elementos para que se consiga uma evolução da presente discussão: a identificação e a valorização das capacidades e da competência dos sujeitos, o equacionamento das adversidades enfrentadas no cotidiano, os processos educativos que abordam os problemas e as necessidades em uma ótica de totalidade, capaz de romper com as naturalizações e as responsabilizações. Para que isso seja alcançado, deve ser realizado com o apoio técnico devido, a infraestrutura, o acesso a políticas públicas e um processo de avaliação constante, além de ter uma finalidade crítica, posta pelos projetos profissionais dos implementadores do serviço.

Quando se procura, na bibliografia produzida, as dificuldades para a implementação do TSF, os elementos encontrados são abundantes, com destaque, inicialmente, para o que mais se faz presente: a questão financeira. Apesar de, com a ascensão de governos mais populares, haver crescido vultuosamente o direcionamento de verbas para a Política de Assistência Social (principalmente de 2003 a 2014, período de governos petistas), vive-se, na atualidade, um processo de incerteza, em que o governo professa um discurso de crise fiscal e até mesmo de não capacidade de manutenção da agenda de repasses de cofinanciamentos. A falta de recursos tem sido um dos grandes desafios para a execução da Política de Assistência

Social, em especial para os serviços. Isso se desdobra em outras dificuldades, transfiguradas na precarização do serviço: falta de equipamentos, de profissionais, de infraestrutura e de uma rede de serviços, perpetuando-se uma tradição de ações não efetivas e pouco resolutivas.

Para Teixeira (2013, p. 129), as próprias concepções de autonomia, de protagonismo e de participação apresentadas no trabalho social são contraditórias, “[...] pois sua garantia e efetivação dependem de recursos privados, mesmo informais ou sem fins lucrativos, da capacidade de resposta individual e familiar”. Logo, a Política de Assistência Social é desenhada para encontrar a solução nas próprias famílias, evitando-se, assim, a responsabilização moral e financeira do Estado.

A autora também elenca as dificuldades de se conseguir a adesão ao trabalho socioeducativo, tanto por parte do usuário, que se encontra consumido por demandas imediatas (fome, violência, desemprego etc.), como dos profissionais, que ou não se sentem preparados para implementar esse modelo de serviço crítico e reflexivo, ou encontram-se consumidos pelo volume de demandas individuais, somadas à precarização dos serviços.

Mioto (2004) alerta que, sem a devida preparação técnica para a apropriação das matrizes teóricas em que se funda o serviço – que não são de fácil compreensão, apoiando-se na perspectiva transformadora de Gramsci e na pedagogia de Paulo Freire, muitas vezes não contemplados na formação dos profissionais que executam o serviço –, as ações acabam acontecendo de forma tarefaira, imediatista, sem os devidos conhecimentos e reflexão das matrizes teórico-metodológicas. Reproduzem-se, desse modo, práticas assistemáticas e baseadas no senso comum.

Promover o protagonismo e a autonomia não pode ser encarado como solução para um conjunto de problemas resultantes de expressões da questão social, o qual é fruto de uma economia e de uma sociedade excludentes e geradoras de desigualdades, sem o subsídio do Estado ou com ações que apenas potencializem ou capacitem as famílias para resolverem, sozinhas, esses problemas. E, sim, o TSF deve possibilitar o desenvolvimento da participação social, a emancipação para refletir sobre o contexto social e a capacidade para lutar pelos seus direitos.

Além de estimularem o empoderamento e a emancipação social a partir de processo reflexivo de luta por mais direitos, os serviços devem prover aquisições (materiais, financeiras, de ocupação do tempo livre, de cuidados, dentre outros). Dessa forma, o Estado democrático de direitos deve proporcionar o acesso a benefícios e serviços que respondam aos problemas que a população vivencia, a partir de uma lógica de direitos.

Para uma melhor compreensão do tema pesquisado, mostra-se, no item a seguir, de forma resumida, o resultado da pesquisa de campo realizada na cidade de Piripiri (PI), enfocando o trabalho social com famílias e a busca pela emancipação social.

O trabalho social com famílias e a busca pela emancipação social na cidade de Piripiri (PI)

Localizada a 160 km da capital Teresina, Piripiri é a quarta cidade em população do Estado do Piauí. Possui um histórico político-social e econômico de desenvolvimento e também se constitui como referência para muitos municípios pelos serviços nas áreas da saúde, da educação e da assistência social.

Segundo os princípios delineados pela Política de Assistência Social (BRASIL, 2004) brasileira, que classifica o município a partir de portes específicos, Piripiri é classificado como de médio porte (de 50.001 a 100.000 hab.) e habilitada em nível de gestão básica.

A cidade possui dois Cras instalados há cerca de nove anos, que possuem uma média de 20 grupos, acompanhados por quatro equipes técnicas formadas por assistentes sociais, psicólogos, pedagogas, socióloga e técnicos de nível médio. Os Cras apresentam, em conjunto, uma capacidade de atendimento anual de até duas mil famílias, e podem referenciar cinco mil famílias cada.

O Cras Inácia Maria de Andrade, lócus da pesquisa, foi inaugurado em 14 de março de 2007. Segundo informativo publicado pela prefeitura em 2008, a instituição contava, naquela época, com uma equipe de profissionais composta por um assistente social, um psicólogo, um coordenador e pessoal de apoio. A publicação descreve as ações desenvolvidas como preventivas e para o fortalecimento da convivência e da socialização, com o acolhimento e a inclusão social voltados prioritariamente para famílias (PIRIPIRI, 2008).

Com formação a partir de um concurso público, a equipe hoje instalada (quatro anos de formação) acumula experiências, indagações e a certeza de que trabalhar com a Proteção Social Básica se constitui em um desafio diário composto da necessidade de acumulação teórica para o entendimento da realidade como complexidade que se dá por meio das expressões da questão social.

Nesta pesquisa, focou-se no TSF realizado por meio de grupos, por entender que o processo grupal é rico em elementos que levam às mudanças de realidades, à reflexão sobre os problemas da comunidade e à ação pedagógica, que é importante no que diz respeito ao saber conviver, expressar-se e aprender em conjunto.

Além de se constituírem como um trabalho em grupo, as ações contam com um conjunto de profissionais agindo de forma interdisciplinar, de modo a oferecer uma articulação de saberes e de práticas, de visões embasadas em formações e teorias diferenciadas.

É preciso considerar assim a ótica do trabalho coletivo no Suas, orientado por um projeto ético-político assentado em acúmulo das diferentes

profissões e de suas contribuições, incorporando os conhecimentos e aportes daqueles que, como o Serviço Social, vêm assumindo protagonismo histórico na elaboração de subsídios teóricos, técnicos e políticos que respaldam os avanços da assistência social no país. (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2014, p. 84).

Para a construção deste trabalho, realizou-se entrevista individual com cinco profissionais, técnicos de referência na Proteção Social Básica, atuantes nos Cras da cidade de Piripiri (PI), e dez usuários participantes do TSF. Para a entrevista com os usuários do serviço, buscou-se o acesso a indivíduos que se sentissem à vontade para participar e, ao mesmo tempo, expressassem a riqueza do universo que compõe os grupos os quais frequentam. Os entrevistados têm tempos diferentes de participação, variando de um mês a mais de quatro anos. Às vezes, participam em mais de um grupo do Cras ou têm mais de um membro da mesma família em serviços diferentes da instituição.

A entrevista com os participantes mostrou que eles possuem uma baixa escolaridade. Apenas um tem ensino médio completo. Os demais ou têm apenas o ensino fundamental ou o têm de forma incompleta. Isso, de imediato, já dificulta o ingresso no mercado formal de trabalho ou mesmo a frequência em cursos de formação para o trabalho. Em relação ao acesso a outros programas sociais, apenas 30% dos participantes são beneficiários do Programa Bolsa Família. Identificaram-se, também, indivíduos que já foram beneficiários, mas que, devido a mudanças no perfil ou na renda das famílias, passaram a estar fora dos critérios do programa.

A respeito da relação entre renda e trabalho, o grupo divide-se entre aposentados, desempregados e integrantes do mercado informal, em que a maioria possui uma renda menor ou igual a um salário mínimo. É visível o estado de pobreza do grupo entrevistado, com alto índice de pessoas sem atividades remuneradas e com renda inferior ou igual a um salário mínimo, geralmente decorrente de benefícios sociais. Yazbek (2015), em seu livro *Classes subalternas e assistência social*, enfatiza que os usuários da Política de Assistência Social sobrevivem em condições de vida e trabalho instáveis que enfatizam a pobreza e a subalternização.

Levando em consideração que o TSF, por meio de grupos, é executado por todos os técnicos de nível superior, realizou-se entrevista com dois assistentes sociais, uma psicóloga, uma pedagoga e uma socióloga. Oriundos de cidades, de formações, de bagagem teórica e de experiências individuais diferenciadas, os profissionais em questão têm em comum o fato de serem concursados e atuarem na referida instituição há cerca de quatro anos. Alguns têm experiências anteriores em outros campos ou têm essa como sua primeira atuação de trabalho.

Para Couto, Yazbek e Raichelis (2014), o quadro de profissionais da área é marcado fortemente por um universo heterogêneo de trabalhadores: diversas formas de vínculos e de formação, sendo pertencentes às três esferas do Estado ou à rede privada.

Os dados do Censo Suas 2015 demonstram que apenas 39,3% dos trabalhadores têm nível superior completo. Mostram também uma baixa procura por especializações. Do percentual de 39,3%, apenas 5,4% possui algum tipo de especialização (BRASIL, 2016). A pesquisa identificou os que ainda não realizaram especialização, apesar de terem um tempo considerável de atuação na assistência social, além de especializações fora do contexto em que os profissionais realizam intervenções. Isso pode ser um reflexo da própria precarização das condições de trabalho dos profissionais de assistência social, que, em sua maioria, não contam com o gozo de um plano de cargos, carreiras e salários (PCCS) e de uma política permanente de capacitação que seja efetiva. Não há, assim, nenhum tipo de incentivo para que o profissional procure o aprofundamento e a qualificação de sua formação para uma atuação mais competente.

A implantação do Suas não foi acompanhada de um processo constante de estruturação, especialmente no Piauí, dada a diversidade dos municípios e sua capacidade de prestar serviços com qualidade e em quantidade para atender às demandas. Há deficiências diversas: desde a quantidade de profissionais aos vínculos, até, e principalmente, no que diz respeito à estrutura física.

Quando indagados sobre a participação em capacitações específicas voltadas para o trabalho social com famílias, os profissionais foram categóricos em afirmar que já fizeram parte de ações voltadas para o trabalho realizado junto ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) (direcionadas para a metodologia, o tempo de funcionamento, responsabilidades etc.), mas nenhum afirmou ter participação em capacitação específica para a área do TSF.

Apesar de realizarem a execução do referido serviço há pelo menos quatro anos, foi possível identificar, no decorrer das entrevistas, profissional que, até o momento, não realizou nem a leitura do material técnico, nem tampouco de produções científicas voltadas para a reflexão sobre o tema. Mas, no geral, os profissionais apresentaram uma concreta preocupação com o embasamento do seu trabalho, a partir da mobilização dos conhecimentos adquiridos por meio da sua formação universitária e com leituras e acesso às informações repassadas por intermédio do ministério que faz a gestão da política no país.

Por se tratar de um serviço que trabalha com o incentivo à mudança de horizontes e que recebe poucos investimentos, segundo Couto, Yazbek e Raichelis (2014), a mediação principal acaba por acontecer por meio do profissional que executa o serviço, apoiado em sua formação técnica, teórica e política. Logo, se o profissional não tem uma relação harmoniosa com essas três dimensões e, muitas vezes, não possui condições institucionais para realizar o trabalho, foge-se ao objetivo emancipador que o serviço poderia ter.

Destaca-se, também, a identificação da preocupação da equipe em realizar pesquisa em serviço, o que é imprescindível para avançar na análise de novas experiências e na construção de conhecimentos.

Os profissionais também levantaram um conjunto de questões que consideram central no que diz respeito ao diagnóstico das dificuldades para realizar um TSF efetivamente emancipador. Destacam-se: falta de uma rede socioassistencial e intersetorial que realmente funcione e de profissionais embasados teórica e politicamente; falta de acessibilidade ao prédio físico do Cras, ou seja, infraestrutura ruim; necessidade de recursos materiais diversos; carência de “conforto” nas salas em que se realizam os grupos etc.

Silva, Araújo e Lima (2014) colocam que a situação de deficiência de espaço físico adequado e suficiente é uma característica comum a muitos municípios que tiveram de improvisar alocações para o Cras e o Centro de Referência Especializado da Assistência Social (Creas) nos últimos anos. Envolvem problemas comuns aos aparelhos alugados, cedidos e compartilhados, tais quais falta de acessibilidade e carência de equipamentos, como *Datashow*, internet, ar-condicionado, dentre outros.

O condensado de informações publicadas em março de 2016 sobre os 8.155 questionários do Censo Suas finalizados no ano de 2015 demonstra que, desse total, 42,8% ainda funcionam em imóvel alugado, fora os 8,4% instalados em estruturas cedidas. Tem-se, ainda, 10,4% dessas instituições que funcionam em imóvel compartilhado – dividindo espaço com a própria Secretaria de Assistência Social, assim como com órgãos da saúde, escolas, conselhos etc. (BRASIL, 2016).

O grupo central de perguntas realizadas para os profissionais girava em torno do universo conceitual em que se sustenta o trabalho social com famílias: a potencialização da função protetiva da família, a conceituação das categorias da participação, do protagonismo e da autonomia social e o acesso a direitos via rede de serviços.

As entrevistas mostraram que os profissionais reconhecem que a Política de Assistência Social, abertamente, trabalha para fortalecer papéis tradicionais de proteção que se materializam no objetivo do fortalecimento das famílias para a superação de suas vulnerabilidades. Entretanto, os profissionais acabam problematizando pouco as implicações dessa reafirmação de papéis tradicionais. Além disso, há baixa visibilidade da relação entre problema e solução unicamente dentro da relação familiar, não atribuindo as vulnerabilidades à discussão mais abrangente em relação à ordem vigente.

A potencialização das funções da família está prevista na PNAS. Ela está prevista nos manuais de orientação do Cras, nos próprios serviços oferecidos no Cras, e a gente acredita que essa potencialização das funções da família é exatamente para fortalecer a família *para ela assumir as suas responsabilidades*. Enquanto família, *cuidar dos seus membros, proteger os seus membros*. Então, é importante a gente trabalhar essa questão da potencialização das famílias. (ENTREVISTADO 1).

Para Teixeira (2015), a potencialização das funções familiares evidencia, primeiramente, que se constitui de uma visão inadequada e conservadora, que reforça a responsabilidade das famílias em situações que fogem ao seu controle. Assim, desconsideram-se totalmente os conflitos existentes no grupo familiar que precarizam também a prestação dessa assistência. Ademais, e principalmente, tem-se de forma explícita uma ação em que o Estado aparece de maneira subsidiária à ação das famílias, para que a assistência aconteça na e pela própria família com pequeno suporte do Governo.

Percebe-se uma mistura de avanços e de retrocessos na Política de Assistência Social, o que é muito comum no seu desenvolvimento no Brasil. O discurso dos profissionais é um reflexo dessa construção, que é histórica, além de perpassada e atravessada pelos ditames do capital. Mas não há dúvidas de que há muito progresso e tentativas coletivas de avanços, apesar de haver também alguns resquícios de uma cultura tradicional e conservadora que ainda marca toda a sociedade. O que é mais difícil é vencer os imperativos do sistema capitalista que insistem em se fazer presentes em todas as esferas da vida moderna.

Destaca-se, como forma de acesso aos serviços, a procura espontânea e o convite de terceiros. Ressalta-se, também, a função importante dos profissionais que se tornam referência para o serviço e que são o “cartão de visita” dele. Para Yazbek (2015), essa personificação dos técnicos aos serviços se constitui em uma forma de desenvolver o pertencimento e de supressão de carências materiais e afetivas, além de ser uma maneira amortecedora de tensões geradas por sua situação de subalternidade.

Enquanto isso, o público do Suas, caracterizado como demanda espontânea, destaca como principais motivos para a procura do serviço o isolamento social e emocional e a procura por lazer como forma de interação e de fuga da “depressão”. Vê-se claramente uma preocupação para com a discussão de problemas que são, de forma imediata, identificados como individuais e do âmbito privado das famílias, mas que, quando analisados mais profundamente, são percebidos em uma conotação mais ampla. Identificam-se idosos em situação de isolamento social e emocional, e a sociedade atual é voltada essencialmente para o trabalho, não havendo uma preocupação com a socialização, principalmente se for intergeracional.

As falas também mostram que as necessidades estão muito além de carência material, mas os usuários não têm acesso aos elementos necessários para compreender a sociedade e o contexto em que estão inseridos e, assim, conseguir refletir e lutar para mudar as injustiças e as desigualdades a que são submetidos. Nesse contexto, as discussões realizadas nos grupos têm importância preponderante para promover mudanças palpáveis.

Uma das principais questões identificadas e que merecem ser problematizadas é a dificuldade dos profissionais em se apropriarem do universo conceitual das categorias que movem o serviço. A própria documentação

técnica não traz essas categorias bem conceituadas, apenas as colocando como dadas e próprias ao desenho da Política de Assistência Social brasileira.

“Engraçado... O protagonismo, autonomia, protagonismo e empoderamento são conceitos que eu vi na graduação em psicologia comunitária e passa também nas leituras” (PROFISSIONAL 3). A fala da entrevistada remete ao processo de reflexão sobre a necessidade de ter, de forma embasada e conceituada, as referidas categorias. Há uma repetição das expressões em discursos diversos e a problematização feita aqui mostra especificamente que é preciso evidenciar o que se está buscando. Além disso, acerca dos profissionais que não fizeram essa discussão na Academia, cabe indagar: como refletem sobre tal debate?

Em relação às categorias – participação, autonomia e protagonismo social – formadoras do universo conceitual da categoria da emancipação social, destacam-se na fala dos profissionais algumas apreensões. Sobre a participação, identificam-se canais específicos de participação, de reflexão e de luta por melhores políticas sociais, como conferências, campanhas socioeducativas, fóruns e nas próprias atividades implementadas pelo Cras.

Quando indagamos os usuários em relação à sua segurança de luta e à sua capacidade de fala, estes enfatizam que não se sentem à vontade, que não gostam, mas que, por causa das atividades de grupo, sentem-se mais seguros para falar em público. Além disso, dizem que, se tiverem de lutar por seus direitos, o farão, porém tendo implícito que isso aconteceria em último caso, uma vez que se tem a ideia de que essa ação também deve partir do Estado. Os depoimentos ressaltam a participação passiva e ativa presente no cenário de atuação dos Cras e a falta de intimidade dos usuários com os espaços de atuação, embora não abordem sua causalidade.

Apesar das limitações desenhadas pelos técnicos, eles evidenciam que existe algum tipo de participação que oscila entre uma atuação passiva e uma proativa. Há de se ter claro que o TSF, ao debater e sensibilizar as famílias sobre a importância da participação social para a mudança e a transformação de suas realidades, como processo pedagógico, passa por um conjunto de limitações específicas do próprio modelo de participação pretendido; do processo de educação formal, que é basilar, mas ineficiente; da limitação dos técnicos no que se refere ao saber ouvir, interpretar e juntar forças com as famílias atendidas etc. O processo de ouvir, de dar voz e de acreditar no potencial transformador da comunidade ainda é novo e impregnado de pré-conceitos técnicos a serem vencidos.

No que diz respeito à discussão sobre autonomia, foi possível identificar progressos e retrocessos. Os profissionais demonstram claramente que é preciso identificar potencialidades nas famílias que levam a essa autonomia a partir de construção de propostas de vidas consistentes e duradouras, sem estigmatizar e culpabilizar o grupo familiar por sua situação de vulnerabilidade social.

Outros depoimentos são mais diretos na responsabilização dos usuários. Assim, mesmo com o avanço do modo de executar a Política de Assistência Social, pela via da autonomia, é possível identificar na fala dos profissionais o perpassar de ideologias liberais que veem a autonomia, por exemplo, como uma forma de ser independente, principalmente no sentido de sobrevivência, sem suporte do Estado. “Da família poder *andar com as próprias pernas*. Dela poder gerir sua própria vida. Não estar dependendo da ajuda de terceiros, do Estado para sobreviver” (Profissional 1).

A maioria dos profissionais coloca o protagonismo como a capacidade das famílias de serem atores de sua própria história. Mas ressaltam que têm muita dificuldade de visualizar no dia a dia a construção dessa categoria, como limitação da própria Política de Assistência Social. A fala dos entrevistados coaduna com o pensamento de Silva (2014) sobre o quanto se faz urgente e necessário escutar o que os sujeitos que buscam a assistência social têm a falar. Mas, acima de tudo, a escuta deve ser democrática e sem preconceitos.

Os profissionais também ressaltam a dificuldade que essa política tem de oferecer elementos que levem a esse protagonismo, uma vez que ela é desenhada de modo a se pensar que o problema e a solução estão no âmbito familiar. Ao se restringir uma realidade que é bem mais complexa, apenas se culpabiliza a família, fadando-a ao fracasso. Há uma dificuldade de se materializar elementos identificáveis como protagonismo.

A cultura tuteladora e assistencialista que ainda permeia as ações assistenciais não favorece o protagonismo dos subalternos ou sua emancipação. Cabe às ações socioeducativas direcionar as práticas para a constituição de sujeitos, incentivando uma assistência social que não sirva à reiteração das subalternidades dos seus usuários (YAZBEK, 2015).

O desenvolvimento da emancipação passa diretamente pelo acesso a outros direitos e serviços via rede de direitos socioassistencial e interdisciplinar. A rede de serviços se constitui em ponto de contraste polêmico por suscitar discussões sobre o não funcionamento dela ou mesmo da sua não existência.

Além da dificuldade que os profissionais demonstram em entender o universo conceitual que embasa o serviço, os usuários não conseguem expressar quais mudanças, principalmente em longo prazo ou em caráter macro, a frequência nos grupos proporcionou em suas vidas, mesmo, muitas vezes, tendo uma frequência de mais de quatro anos.

O processo grupal requer um planejamento com um objetivo a curto, médio e longo prazo. A fala dos profissionais denuncia o incômodo com o fazer por fazer, não conduzindo a um objetivo reflexivo e emancipatório. Para Abreu (2011), o desenvolvimento da capacidade emancipatória requer a incorporação das necessidades dos usuários como parte da dinâmica do serviço. Faz-se necessária a democratização da gestão, assim como da

politização das questões que dão forma às relações entre usuários e instituição e à sua relação com a sociedade como um todo.

A participação do usuário ainda acontece no formato de ouvinte, não havendo a sua incorporação ativa em etapas importantes, como a avaliação e o planejamento. A sua não adesão ao serviço e a falta de participação nem sempre são compreendidas em contexto da sua existência e das naturalizações do senso comum, vistas apenas como indiferença, preguiça, falta de compromisso e outras questões dessa natureza, analisadas individualmente.

Considerações finais

É interessante que se tenha clareza de que o modo com que o TSF está sendo trabalhado na PNAS, apesar de não ser uma demanda nova, precisa ser analisado e, principalmente, melhor sistematizado por quem executa e analisa o serviço na atualidade. Os profissionais ainda não se apropriaram devidamente dos novos vieses da Política de Assistência Social e dos seus objetivos pedagógicos, de preparação para a construção de cidadãos mais fortalecidos como sujeitos de direito e de capacidade de contestação da realidade dada.

O que se pode afirmar, inicialmente, é que essa política ainda é perpassada por contradições que reforçam vieses conservadores, apesar do discurso de modernidade e de mudança, em que é possível identificar uma mistura de progressos e de retrocessos.

Quando se analisa a realidade de Piripiri (PI), há pontos positivos e negativos nesse trabalho com famílias. O serviço demonstra esse permear de conservadorismo (reforço das funções protetivas da família) em meio a uma onda de inovações (busca da participação e da autonomia) e de desenvolvimento, em uma perspectiva de política pública.

Mas o que se pode relatar de mais importante é que, apesar de todos os entraves, é possível identificar, a partir dos profissionais e dos usuários, possibilidades como tendências de perspectivas emancipatórias do trabalho em grupo, voltadas para a participação e o protagonismo dos usuários, para além do individualismo e da passividade.

Os principais entraves encontrados na própria Política de Assistência Social brasileira estão relacionados a uma cultura histórica de subalternidade ainda não superada naqueles que fazem uso dos serviços, somada às orientações teórico-metodológicas e ético-políticas profissionais mal definidas e ecléticas, que dificultam a execução de serviços emancipatórios.

A Política de Assistência Social, entre entraves e retrocessos, tem o TSF como possibilidade de construção e transformação política e social. Com uma perspectiva crítica e reflexiva, essa metodologia de trabalho pode,

mesmo que de forma paulatina, construir caminhos emancipatórios. É preciso avançar na avaliação desse serviço, que apesar de não ser uma perspectiva nova, vem se revestindo de novas potencialidades, apoiadas fortemente no saber e nos projetos éticos-profissionais daqueles que executam o serviço.

Referências

ABREU, M. M. *Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional*. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 3 jun. 2016.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário. *Política Nacional de Assistência Social (PNAS)*. Brasília: MDS/SNAS, 2004.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário. *Orientações técnicas sobre o Paif*. Vol. 1. Brasília: Departamento de proteção social básica, 2012. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecao_basica/Orientacoes%20Tecnicas%20sobre%20o%20PAIF%20-%20Trabalho%20Social%20com%20Familias.pdf/view>. Acesso em: 22 ago. 2015.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Censo Suas 2015, resultados nacionais*. Brasília: SNAS/DGSUAS/CGVIS, 2016. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/dicivip_datain/ckfinder/userfiles/files/Censo_SUAS_2015/CensoSUAS2015_CRAS.zip>. Acesso em: 29 ago. 2016.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário. *Relatório de atendimento mensal*. Cidade de Piripiri (PI): Condensado de Janeiro, out. 2016.

COUTO, B. R.; YAZBEK, M. C.; RAICHELIS, R. A política de assistência social e o Suas: apresentando problematizando fundamentos e conceitos. In: COUTO, B. R. et al. (Org.). *Sistema Único de Assistência Social: uma realidade em movimento*. São Paulo: Cortez, 2014.

EIRAS, A. A. L. T. S. A intervenção do Serviço Social nos Cras: análise das demandas e possibilidades para o trabalho socioeducativo realizado grupalmente. In: SANTOS, C. M. dos; BACKX, S.; GUERRA, I. (Org.). *A dimensão técnico-operativa no Serviço Social*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2012.

GUEIROS, D. A. Família e trabalho social: intervenções no âmbito do Serviço Social. *Revista Katálisis*, Florianópolis, v. 13, n. 1, jan./jun. 2010.

LIMA, T. C. S. de; MIOTO, R. C. T. Ações socioeducativas e serviço social: características e tendências na produção bibliográfica. *Temporális*, Brasília, v. 11, n. 21, jan./jun. 2011.

MIOTO, R. C. T. A centralidade da família na política de assistência social: contribuições para o debate. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, v. 8, n. 1, jan. 2004.

MIOTO, R. C. T. Trabalho social com famílias: entre as amarras do passado e dilemas do presente. In: TEIXEIRA, S. M. (Org.). *Política de assistência social e temas correlatos*. Campinas: Papel Social, 2016.

PIRIPIRI. *Informativo da Prefeitura Municipal de Piripiri*. Piripiri: Setas, 2008.

SILVA, M. B. *A assistência social e seus usuários: entre a rebeldia e seu conformismo*. São Paulo: Cortez, 2014.

SILVA, M. O da S.; ARAÚJO, C. C.; LIMA, V. F. S. de A. Implantação e condições de funcionamento do Suas nos municípios. In: COUTO, B. R. et al. (Org.). *Sistema Único de Assistência Social: uma realidade em movimento*. São Paulo: Cortez, 2014.

TEIXEIRA, S. M. *A família na política de assistência social: concepções e as tendências do trabalho social com famílias no Cras de Teresina*. Teresina: EDUFPI, 2013.

_____. Política social contemporânea: a família como referência para as políticas sociais e para o trabalho social. In: MIOTO, R. C. T.; CAMPOS, M. S.; CARLOTO, C. M. (Org.). *Familismo, direito e cidadania: contradições da política social*. São Paulo: Cortez, 2015.

_____. Sistemas de proteção social contemporâneos e a política de assistência social: a reatualização do familismo. In: _____. (Org.). *Política de assistência social e temas correlatos*. Campinas: Papel Social, 2016.

YAZBEK, M. C. *Classes subalternas e assistência social*. São Paulo: Cortez, 2015.

DOI: 10.12957/rep.2018.39426

Recebido em 29 de junho de 2018.

Aprovado para publicação em 17 de setembro de 2018.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.